

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. 370 p.

Thiago FIDELIS*

Com os 50 anos da movimentação civil/militar que culminou com a deposição do presidente João Goulart e com a instituição de grupos militares no poder, o ano de 2014 tem sido bastante profícuo em relação ao debate sobre o tema. Inúmeros eventos¹, publicações acadêmicas² e programas na mídia em geral têm levantado um longo debate sobre as origens e consolidação desse ato bem como discussões e ressentimentos, uma vez que o assunto ainda está muito presente na história política recente do país, marcando profundamente a memória de vários setores da sociedade.

Nessas circunstâncias situa-se a obra *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. Lançado no início do ano, o livro traz a assinatura do pesquisador Marcos Napolitano, professor livre-docente da Universidade de São Paulo (USP) que tem dedicado praticamente toda sua carreira a temáticas ligadas ao regime militar, desde obras refletindo sobre as instituições políticas até os aspectos ligados aos mais variados setores da época, como grupos sociais e aspectos culturais, entre outros³.

Em suas mais de 350 páginas, a edição contempla inúmeros aspectos do regime militar, fazendo um grande apanhado dos vários objetos de pesquisa do autor situados em um só espaço. Mesclando a ordem linear dos fatos com temáticas distintas, Napolitano aborda desde o conturbado governo de João Goulart até o fim do regime e seus desdobramentos nos anos seguintes, debatendo de maneira bastante intensa a questão da memória dessas ocorrências.

É preciso refletir, no entanto, que essa ditadura pode ser compreendida tanto como ponto de partida como ponto de chegada. Afinal, a relação dos militares com o sistema republicano sempre foi muito próxima e sempre com um elemento em comum: a busca pela manutenção da ordem, independente da forma. Influenciados principalmente pelo positivismo e cientificismo na preparação acadêmica inicial de seus quadros, o Exército agiu em vários eventos históricos; entre outros, interviu pelo fim do governo de D. Pedro II e a instituição do sistema republicano em 1889; conduziu, com

* Mestre em História – Doutorando – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Araraquara, CEP: 14800-901, Araraquara, São Paulo – Brasil. Bolsista CNPq. Professor da União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO). E-mail: fidelisrp@gmail.com

“mão de ferro” os opositores ao regime e o governo até 1894, quando o general Floriano Peixoto passou o poder para o primeiro civil, Prudente de Moraes; no fim do governo oligárquico de Washington Luís em 1930 e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, bem como a tomada de poder “dentro” do poder pelo próprio Vargas em 1937 e a retirada desse em 1945, já desgastado institucionalmente após quase 15 anos no poder. Em todas essas situações, o exército colocara-se como uma espécie de fiel da balança, apoiando (ou liderando, como foi o caso de 1889) movimentações consideradas “revolucionárias” não pelas mudanças que traziam, mas sim pelo restabelecimento da ordem, que teria sido perdida por aqueles que estavam no poder.

Nessa perspectiva podemos situar a tomada do poder em 1964 pela ótica militar da retomada da ordem. Em um discurso que encontrava eco em vários setores da sociedade civil (na política, a União Democrática Nacional – UDN – é apontada frequentemente como sua principal porta-voz, embora vários outros políticos e partidos também possuíam essa mesma perspectiva) os militares apontavam o governo de João Goulart (popularmente conhecido como Jango) como um governo fraco, sem rumo, com desorientação econômica e, sobretudo, com um grande problema ideológico, uma vez que Jango era associado à comunistas, em um contexto de radicalização da Guerra Fria incentivado, sobretudo, pela Revolução Cubana em 1959. Assim, acabar com o atual governo significaria, acima de qualquer coisa, colocar o Brasil em seu caminho correto, agradando esses setores e também aos interesses estrangeiros principalmente por conta dos EUA, que participou da estruturação do golpe auxiliando os conspiradores brasileiros (p. 66-67).

A movimentação vinda de Minas Gerais liderada pelo general Olimpo Mourão Filho precipitara um acontecimento de certa forma iminente, tendo em vista as pressões exercidas sobre Jango, que não conseguia apoio concreto para instalar suas Reformas de Base e também não encontrava meios de solucionar os problemas econômicos e sociais existentes; além disso, perdera o apoio de parte dos grupos políticos de esquerda, que não apoiavam os militares mas também não acreditavam mais na eficiência do governo de João Goulart, sendo que muitos pregavam o fim de seu governo e a instalação de uma nova Assembleia Constituinte (como foi o caso do deputado federal Leonel Brizola, por exemplo).

Treze dias depois de declarada vaga a presidência da República foi eleito de maneira indireta o general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964/1967). A partir daí, a Ditadura Militar estender-se-ia por 21 anos, tendo mais quatro outros presidentes

militares: Artur da Costa e Silva (1967/1969), Emílio Garrastazu Médici (1969/1974), Ernesto Beckmann Geisel (1974/1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979/1985). A partir desse ponto, o autor trava um diálogo bastante interessante entre história e historiografia, apontando aspectos bastante interessantes entre acontecimentos e as visões desses acontecimentos.

No terceiro capítulo da obra, intitulado “O mito da ditabranda” esse diálogo começa a aparecer; apontando a trajetória do governo Castelo Branco, Napolitano indica que parte da historiografia e outros grupos da sociedade (como parte da grande imprensa, sendo que um desses grandes órgãos da mídia que cunhou o termo Ditabranda) relaciona o início real da ditadura a 1968 com a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e não com a tomada do poder em 1964, uma vez que nesse intervalo de 4 anos continuaram ocorrendo manifestações de oposição; os artistas mostraram-se bastante engajados e os movimentos de cunho social e educacional ainda tinham margem de ação. No entanto, o autor destaca que, embora houvesse uma relativa liberdade nesse período, a repressão e a supressão de vários direitos ocorreram com a prisão, tortura e mortes de muitos opositores, além de inúmeras cassações. Mesmo com ideias de uma possível volta a normalidade democrática em curto prazo, o governo de Castelo Branco instaurou as bases ditatoriais que perdurariam por muito tempo; Napolitano indica que, embora o discurso do governo fosse de transição, sua ação era de consolidação das bases para um regime militar de cunho autoritário, sem perspectiva de finitude (p. 69-95).

O Exército brasileiro, embora coeso em relação à ideia de permanecer no poder, possuía suas disputas internas entre orientações distintas quanto ao processo político. O grupo liderado por Castelo defendia um discurso de normatização do país para a volta, o mais depressa possível, aos círculos democráticos (embora essa volta não fosse tão imediata, como alguns autores têm analisado); já um outro grupo apontado como “linha-dura”, pregava a manutenção da ordem e do poder pelo Exército, à revelia do sistema democrático e das instituições sociais; ou seja, para o autor, era o grupo que queria manter as ações que o governo já vinha apresentado sem manter o discurso de transitoriedade, aprofundando as bases das ações institucionalizadas até então.

O sucessor de Castelo Branco era um dos principais representantes desse grupo. O autor aponta que Costa e Silva conquistou a indicação à presidência com um discurso de fortalecimento das bases militares do Exército, o que significava prosseguir com o aparato repressivo instituído no governo anterior. O discurso de Costa e Silva vinha

aprofundar a distensão entre civis e militares que se “uniram” em 1964 para o golpe; os grupos liberais que apoiaram a retirada de Jango do poder teriam errado ao delimitar sua estratégia, pois não contavam com a longevidade dos governos militares nem com a supressão das liberdades de ir e vir e o direito de opinião. Assim, esses grupos passaram, aos poucos, a se movimentar também contra o regime, causando grande apreensão entre os círculos militares mais conservadores; como exemplo dessa mudança há o caso do ex-governador da Guanabara e principal porta-voz da UDN Carlos Lacerda, que foi um dos principais nomes de apoio ao golpe e um dos primeiros a se voltarem contra o Regime Militar.

O breve governo de Costa e Silva e de seu sucessor Médici teriam aprofundado essas bases, fechando o regime militar contra sua possível desestabilização. No caso de Médici, a dinâmica econômica foi a primeiro momento bastante favorável com o alto investimento estrangeiro no país, acelerando o desenvolvimento de indústrias e aumentando o número de empregos; o chamado “milagre econômico” fez com que o país apresentasse altas taxas de crescimento até 1973, ano da crise mundial por conta do petróleo. No entanto, a base de economia não se consolidou, uma vez que esses investimentos estrangeiros não foram convertidos para a indústria e a economia do país, fazendo com que o Brasil fosse, de fato, apenas uma “filial” de seus investimentos; por conta disso, a economia nacional entrou em crise econômica a partir dos desdobramentos de 1973 (p. 119-146).

Além de uma ampla narrativa de panorama político, Napolitano oferece análises interessantes sobre a cultura nesse período. Após a posse de Castelo Branco, vários artistas se posicionaram em relação ao governo, a grande maioria de maneira contrária ao regime que iniciara. No entanto, muitos foram “tolerados” por uma suposta “promoção do nacionalismo”, uma vez que o governo via com bons olhos os aspectos culturais que valorizassem o país (mesmo que com críticas, muitas vezes veladas, ao governo).

No entanto, é importante frisar que desde o início do governo houve forte repressão contra várias obras que, no entender dos militares, fomentavam a luta de classes e desestabilizavam a ordem na sociedade brasileira. Logo após a movimentação militar em 1964, Napolitano aponta que os 3 principais núcleos de arte da oposição foram postos na ilegalidade: o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCPRecife) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Além disso, várias publicações e

profissionais foram colocados na ilegalidade, bem como as demissões de vários funcionários ligados à esquerda e a perseguição política aos vários funcionários públicos identificados com algum tipo de pensamento de esquerda. Logo, o autor indica que, embora não tenham sido *todos* os artistas censurados de 1964 a 1968, vários deles sofreram perseguições e tiveram que sair do Brasil, demonstrando que esse foi um período tão ditatorial como os outros.

Nas linhas de sua obra Napolitano também aponta para uma possível hegemonia cultural de esquerda no período, que teria mantido um foco de oposição com ampla manifestação e produção. No entanto, o ano de 1968 teria sido o grande banho de água fria, convergindo em dois aspectos: por um lado, o AI-5 culminou com uma perseguição mais ampla contra a oposição e uma aparelhagem mais bem elaborada para o ciclo opositor, por exemplo, com a criação do Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que tinha como trabalho específico monitorar e reprimir todas as manifestações de oposição ao governo. Por outro lado, boa parte dos artistas que foram para o asilo político passaram a divulgar mais a cultura brasileira para outros povos, fator interessante para os militares que ainda tinham a ideia de formar uma “grande nação” para o futuro, fator o qual usaram como discurso positivo para justificar a saída dos vários artistas brasileiros do país (p. 205-228).

Também é interessante destacar o movimento conhecido como *Tropicália*, que representava uma espécie de síntese do momento, o qual fazia críticas tanto ao governo quanto a cultura “esquerdizante” de vários grupos de oposição no período. Tanto no teatro como na música o movimento tomava corpo, apontando as contradições brasileiras e propondo não uma revolução do proletariado, mas uma mudança de costumes, de hábitos. No entanto, após a decretação do AI-5 a *Tropicália* acabou perdendo força, com vários de seus nomes também no exílio (assim como os outros artistas “esquerdizantes” ou comunistas).

O início da década de 1970 foi marcado na cultura, entretanto, ainda por muitos nomes ligados à esquerda. A televisão e os filmes afloravam; as discussões, principalmente de cunho comportamental, ganharam muita força. Com a revogação do AI-5 em 1979, a arte ganhou uma oxigenação bem vinda com obras de cunho crítico tanto dos músicos voltados do exílio bem como dos remanescentes da *Tropicália* e os oriundos do rock e do pop, entre outros. De maneira geral, as manifestações artísticas seguiram um padrão de diálogo e reconstrução social a partir de suas letras e, segundo Napolitano, influenciaram e foram influenciados pelo contexto histórico.

Retomando a trama política, o governo Geisel teria sido marcado pela ideia de abertura lenta e gradual do regime, embora o autor indique que, na verdade, esse “afrouxamento” do regime foi bastante relativo, pois as perseguições e as mortes aos opositores continuaram ocorrendo. Esse aspecto também foi bastante marcante durante o governo Figueiredo, onde o discurso de abertura política convivia com práticas ainda bastante arbitrárias, tanto do próprio governo como de grupos paramilitares à direita dos militares no poder, que não concordavam com a abertura política e defendiam a manutenção radical da Ditadura Militar (p. 229-254). Logo, existiam distensões dentro da instituição, o que marcava que tanto no governo Geisel quanto no governo Figueiredo não havia a união militar que o Exército tanto pregava, mas sim disputas pelo poder e pela legitimidade da ação como em quaisquer outros locais; atitudes mais liberais conviveram com atitudes mais conservadoras, sendo que essa espécie de dialética seguiu até o fim do último governo militar.

Ao fazer comparações entre o discurso liberalizante e as práticas autoritárias, Napolitano indicou em seus escritos as contradições dos militares a frente do Executivo, aliando a estratégia de comando da abertura política mas não pela liberdade de opinião, e sim pela orientação para o “caminho certo”, ou seja, uma democracia orientada pelas bases cristãs e liberais, sem influência de comunistas e de grupos “radicais” e extremistas. O fim do AI-5 e a Lei de Anistia em 1979 são indicativos desse caminho, colocando uma espécie de pedra em cima dos assuntos anteriores: o discurso era para a criação de um governo civil que fizesse com que o Brasil crescesse e deveria se esquecer o que ocorreu no passado, já que esses aspectos não seriam tão importantes para o momento; mais importante do que saber de quem era a culpa seria continuar o desenvolvimento do país, pensando somente para frente e “ignorando” aquilo que já passara, que não fazia mais sentido.

No entanto, o último capítulo da obra do historiador indica exatamente a “guerra” pela memória da ditadura (a qual, aparentemente, não era importante para os militares após a Anistia): há uma grade movimentação para refletir e pensar melhor sobre os acontecimentos desse período. O principal tema gira em torno, exatamente, da Lei de Anistia: costurada a partir de um intenso debate político entre grupos que propunham o perdão apenas aos condenados por lutar contra o regime e aqueles que não viam com bons olhos sua aplicação, a lei de 1979 foi sancionada prevendo o perdão a todos os crimes relacionados à política, independente de quem os tivesse praticado. Isso foi uma espécie de salvo-conduto para os militares acusados de tortura e de práticas

cruéis contra presos ou acusados políticos, que assim não encarariam um tribunal por possíveis erros de conduta.

Mas na Argentina e no Uruguai os erros e abusos dos generais durante as ditaduras que ocorreram nesses países e seus julgamentos (e consecutivas condenações) motivaram muitos a questionarem a Lei de Anistia no Brasil, buscando punições aos militares brasileiros. A partir das práticas desses países, começaram a ser instaladas as Comissões da Verdade (CV), que o ousado nome indica a busca não de um possível *revanchismo* (termo muito utilizado pelos militares contrários à instalação das CV), mas sim de recriar o contexto para uma melhor reflexão sobre o tema (e, no caso dos países vizinhos, a produção de provas concretas contra os militares, fator o qual as comissões – nacional e estaduais – do Brasil não foram estruturadas a fazer).

A criação da chamada Lei dos Desaparecidos em 1995, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e as discussões e instituição de um grupo de buscas sobre a Guerrilha do Araguaia (que ocorreu em 1973) nos dois últimos governos brasileiros (Luís Inácio Lula da Silva e o atual, de Dilma Rousseff) indica, segundo o autor, um reconhecimento do Estado brasileiro de sua responsabilidade perante os crimes cometidos na Ditadura (já que boa parte daqueles que ocupam as lideranças políticas atualmente foram os “derrotados” durante o Regime Militar), bem como uma espécie de “reparação” aos vencidos e, também, uma disputa pelo “direito da memória”, ou seja, liderar a movimentação para criar o discurso “oficial” (ou oficioso) sobre esse período, discussão a qual permanece muito viva, como a bibliografia lançada esse ano pode apontar (p. 313-333).

Por fim, a obra do historiador Marcos Napolitano indica que o tema, longe de estar se esgotando, vem abrindo cada vez mais possibilidades para debates, uma vez que muitas pontas não estão fechadas na discussão. É uma leitura bem-vinda, que indica para a reflexão sistemática sobre um período tão importante para o caráter identitário da sociedade brasileira.

Notas

- ¹ Nas seções estaduais da Associação Nacional dos Pesquisadores de História (ANPUH), a temática será abordada diretamente no Pará, em Sergipe, Santa Catarina e Paraná, bem como os eventos dentro das próprias universidades; além disso, há eventos realizados no campo das Ciências Sociais e Comunicação, entre outros.
- ² Entre outras: *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*, organizada pelos historiadores Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta; *Almanaque 1964*, da jornalista Ana Maria Bahiana; *O verão do golpe*, do jornalista Roberto Sander; e, por fim, a obra *Ditadura a Brasileira*, do historiador Marco Antonio Villa, que defende que a ditadura no Brasil teria durado apenas de 1968 a 1979, propondo uma nova interpretação do período.
- ³ Algumas de suas principais obras são: *O regime militar brasileiro 1964-1985* (1998), *Cultura brasileira: utopia e massificação 1950-1980* (2000), *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB 1959-1969* (2001), *Cultura e poder no Brasil contemporâneo 1977-1984* (2002), *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira* (2007), entre outros.

Resenha recebida em 03/03/2014. Aprovada em 22/03/2014.